

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo, Ática, 1994. 165p.

A idéia do tempo da História-disciplina, as dificuldades de sua percepção e construção pelos historiadores. Aí está toda a problemática desse compacto mas extremamente denso livro de José Carlos Reis. Escrito num espírito de objetiva simplicidade - a exemplo de seu igualmente sóbrio *História, tempo, evasão*, lançado pela editora Papirus - *Nouvelle histoire e tempo histórico* favorece a compreensão de um assunto que não é de fácil abordagem. Na verdade, trata-se de temática complexa, difícil de ser enfrentada, razão pela qual textos dessa natureza surgem muito raramente entre nós, historiadores mais empíricos que teóricos, mas que o autor desenvolve com segurança e desembaraço, revelando como cada um dos fundadores do chamado Grupo dos *Annales* construiu sua obra a partir de uma guinada radical na maneira de conceber essa substância de base do conhecimento histórico. Com efeito, foi a partir de uma nova e original concepção do tempo da História que os sócio-fundadores dos *Annales* revitalizaram uma disciplina que se encontrava metodologicamente esgotada e até mesmo esclerosada nas primeiras décadas do presente século.

Para os que se encantaram com livros que fizeram época na historiografia francesa, e que ainda hoje exercem fascínio sobre os apaixonados pela História, como *O problema da descrença no século XVI, a religião de Rabelais* e o recém-redescoberto *Os reis tau-*

maturgos, de Lucien Febvre e Marc Bloch, respectivamente, a obra de José Carlos Reis é um convite a redimensionar a força criativa desses patronos da historiografia contemporânea, pelo viés de suas percepções particulares em relação à idéia do tempo histórico, à inovadora noção de temporalidade, que tantos e irremediáveis estragos fizeram à tutela do anacronismo na História, insistentemente reproduzido por uma historiografia até então insensível à alteridade, às sutis diferenças existentes entre o passado e o presente.

Do livro de J. C. Reis surge o grande historiador-plemista dos anos 20-50, aquele Lucien Febvre combatente que sem dúvida personificou por toda a sua vida a infantaria dos *Annales*, a sua contundente tropa de choque, acostumado a tripudiar com colérico sarcasmo sobre tantos e tantos estudos de uma linhagem de História "que não é a nossa", como ele gostava de se referir em seus incontáveis *comptes-rendus*. Para ilustrar com apenas um exemplo essa ironia destrutivamente impiedosa basta recordar o seu comentário da *História da Rússia*, do até então influente Charles Seignobos: "É o que eu tenho o costume de chamar de 'o sistema de cômoda', a boa velha cômoda de mogno, glória dos larzinhos burgueses. Tão bem arrumada e em tão boa ordem! Gaveta de cima, a política: 'a nacional' à direita, 'a internacional' à esquerda, nada de confusão. Segunda gaveta: canto direito, 'o movimento da população'; canto esquer-

do, 'organização da sociedade'. (...) A História é o que não encontro nesta *História da Rússia*, que por isso nasce morta". (*Combates pela História*. Lisboa, Editorial Presença, 1985. pp.77-78).

É bom lembrar que seu livro mais importante, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*, de 1942, nasceu exatamente de um desses debates e combates, a propósito de um estudo de Abel Lefranc, *La vie quotidienne au temps de la Renaissance* (Paris, Hachette, 1938), que projetava no século XVI, um Rabelais desterrado, ateu e racionalista. Febvre assinalou com seu estilo polêmico: o problema estava mal colocado; a verdadeira questão não era saber se o racionalismo estava presente no tempo e na obra de Rabelais, mas investigar se de fato existiram as condições necessárias para a sua aparição e enraizamento nessa época. E ele conclui pela negativa, ou seja, que o ateísmo e o livre pensamento não poderiam integrar os textos rabelaisianos porque sequer havia na linguagem da época, no vocabulário disponível naquele contexto, a terminologia adequada para expressar tais idéias.

O *Nouvelle histoire e tempo histórico* de Reis dedica-se a revelar uma dimensão importante da contribuição febvriana, situando e redefinindo o papel desempenhado pelo autor dos *Combats pour l'Histoire* no interior de um movimento disciplinar que vem se desenvolvendo no curso dos últimos 65 anos, e que só bem recentemente se reencontra com os postulados propostos por Lucien Febvre. Reconhecendo toda sua revolucionária contribuição para a constituição de uma História-antítese do padrão *événementielle*, Febvre surge como um autêntico divisor de águas que se coloca na confluência do antigo e do moderno, ou seja, o intelectual que paradoxalmente repudia a tradição, mas que não consegue se libertar inteiramente dela, ainda que pela conservação apenas daquilo que ela apresenta de melhor. É nesse sentido que Lucien Febvre desponta como "... o último dos historiadores tradicionais...".

O último dos tradicionais, decerto, mas também o primeiro entre os novos historiadores, deveria ter acrescentado Reis, concedendo a dignidade da inovação única e injustamente a Marc Bloch; ora, a importância que o autor dos *Combats pour l'Histoire* dá ao grande evento espiritual não lhe obscurece a enorme contribuição expressa em vários livros magistrais como os reconhecidamente clássicos *La terre et l'évolution humaine* e *Un destin, Martin Luther*, bem como em centenas de "orientações" para a pesquisa, que Roger Chartier conta em estonteante número de 924 artigos, escritos entre 1929 e 1948, e mais 478 textos publicados nos últimos dez anos de sua vida. (Cf. o verbete "Lucien Febvre". In: LE GOFF, Jacques et alii, *A nova história*. Coimbra, Almedina, 1990).

Discutindo a concepção de tempo histórico em Febvre, o autor revela o talento criativo desse historiador em relação ao tempo histórico, que parte de um marco intelectual ou evento criador do espírito - normalmente um texto clássico -, para integrá-lo em seu próprio tempo, nos marcos mais amplos da história social. Passando em revista sua principal obra, J.C. Reis explora muito bem um aspecto já observado por Mikhail Bakhtin em seu *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (São Paulo, HUCITEC, 1987), ou seja, o destaque concedido por Febvre aos luminares da cultura erudita do século XVI, aos grandes espíritos da Renascença como Erasmo, Lutero, Rabelais e Marguerite de Valois, que por sua lucidez intelectual são compreendidos como os melhores sintetizadores do *ethos* de uma sociedade, relegando às sombras os traços reveladores da cultura popular, apreendida nos atores anônimos, entre as massas de cidadãos e camponeses incultos. Dessa forma, o grande espírito não é apenas uma espécie de filtro através do qual se pode compreender um tempo longínquo, mas é o próprio evento fundador da pesquisa.

Mas a perspectiva febvriana do tempo histórico acabou sendo ofuscada pela concepção de seu cola-

borador, Marc Bloch, ensina Reis; por sua ênfase no evento espiritual como traço fundador do tempo histórico Febvre exerceu uma influência reduzida sobre as novas vertentes da pesquisa histórica, dentro daquele novo espírito inaugurado por seu próprio influxo. Reduzida mas notável, principalmente sobre certos nomes como Robert Mandrou, que o professor Reis não faz referência, talvez por sua admiração a Braudel. Ora, é bem conhecido o ódio que alimentaram mutuamente Mandrou e Braudel, até que este último se definisse claramente como *le Grand Dhaufin* de Febvre. Entretanto, esclarece o autor, a fecundidade da perspectiva febvriana, mantida em germe durante as melhores décadas da Escola dos *Annales*, vem renascendo com vigor a partir dos anos 80-90, no curso de um *tournant critique*. (Cf. REIS, José Carlos. "Les Annales/1988 - un 'tournant critique' ". LPH - Revista de História, nº 4, 1993/1994, Imprensa Univ. da UFOP).

Na seqüência de outras considerações acerca da contribuição dos fundadores da Escola dos *Annales*, *Nouvelle histoire e tempo histórico* dedica-se a explorar o que o autor considera como a primeira expressão de uma História autenticamente nova, encontrando na obra de Marc Bloch a perspectiva que "venceu pelo exemplo e pelo fato"; isto para esclarecer que, no domínio da pesquisa histórica na França, entre os anos 40 e 70, o medievalista Bloch "leveu a melhor" sobre o modernista Febvre, exercendo uma incontestável e duradoura influência. Segundo Reis, foi a compreensão do tempo histórico que fez da obra de Marc Bloch a contribuição mais sólida e permanente na construção de uma nova História, precisamente porque a estratégia do autor de *Les rois thaumaturges*, ao lidar com o tempo, foi evitar referências muito pontuais como fez Lucien Febvre. Ao contrário deste, Bloch valorizou a realidade social, indo ao fundo mais impessoal das estruturas econômicas e sociais para só depois resgatar os eventos, mas sem atribuir a eles grande destaque. Em

Bloch, acentua J.C. Reis, os eventos são realmente indícios reveladores do movimento histórico, o que não basta para lhes inserir numa categoria especial. Como se refere o autor, "Seu tempo não é o tempo da alma ou da consciência, de indivíduos capazes de uma reflexão mais profunda, mas o tempo inconsciente de coletividades", o que até certo ponto antecipa a *longue durée* braudeliana.

Mas este império blochiano sobre a pesquisa histórica, ou melhor, esta marcante influência no âmbito da posteridade seria dada por sua nova e original compreensão do tempo histórico, que como enfatiza Reis o haveria tornado "exemplar para a historiografia que o sucedeu?". De fato, não há como negar isso. Entretanto, parece que o autor supervaloriza um aspecto que, se na verdade é essencial, deve ser, contudo, destacado *pari passu* com outras inovações blochianas. Não foi apenas a sua compreensão do tempo histórico que fez de Marc Bloch esta espécie de príncipe entre os historiadores franceses, como quer fazer admitir convictamente o autor. Curiosamente, J.C. Reis coloca o problema em termos tão enfáticos, mas acaba por admitir, de maneira até muito consciente, que há algo mais que isto. Ora, nem mesmo a *longue durée*, por si mesma, sustentaria Braudel em seu emprego intelectual e acadêmico-institucional, ainda que tenha contribuído consideravelmente para isso.

O que fez Bloch se tornar "exemplar" são os seus impulsos para a interdisciplinaridade, a sua sensibilidade e talento no corpo-a-corpo com suas fontes, a sua luta pela anexação de novas fronteiras, os seus debates e combates travados contra o que os sócios-fundadores chamavam de "espírito de especialização", aproximando-se da lingüística e da geografia para estudar as sociedades agrárias, sua maior especialidade; e, sobretudo, a forma independente como se aproxima da sociologia de Durkheim, absorvendo-a nos seus aspectos fecundos, mas sem aceitá-la na íntegra. Foi esta sua relação reflexiva com a sociologia que lhe conduziu a ressaltar muito mais os

grupos que os indivíduos e a transitar retrospectivamente pela história.

Contudo, o verdadeiro destaque de *Nouvelle histoire e tempo histórico* fica por conta da influência de Fernand Braudel, a maior expressão dos *Annales*, a quem são dedicados os dois capítulos centrais do livro. O tempo braudeliano é analisado com a perícia de quem dá mostras de ter investido alguns anos de dolorosas leituras na abordagem de três obras que impressionaram, pela qualidade e pelo volume, várias gerações de historiadores. Braudel surge como a síntese dos *Annales*, como o representante de tudo que se produziu de melhor, pela fusão de uma dupla e benéfica influência, algo como a metáfora galileiana do anão que vê mais longe erguido em ombros de gigantes: “Braudel ocupa, nesta formulação de concepção do tempo histórico, o lugar central. Ao mesmo tempo que recebe as idéias de Febvre e Bloch, realiza uma síntese original que o coloca não só como continuador deles, mas, também, como co-fundador da *Nouvelle Histoire*. Em Braudel, as duas tendências representadas por Febvre e Bloch vão se encontrar e tomar uma elaboração conceitual, uma organização explícita e original”.

Dedicando atenção especial ao *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, o da segunda edição de 1966, que na nova versão acabou por se tornar a obra-prima dos *Annales*, Reis proporciona ao leitor uma segura compreensão da célebre dialética da *longue durée*. Segundo J.C. Reis, a longa duração foi a grande coordenada temporal a ser seguida por todas as tendências pós-braudelianas da pesquisa histórica, ainda que façam suas próprias opções por cortes temporais e espaciais mais modestos. Esta é a matéria de seu último capítulo, “Perspectivas pós-braudelianas”, no qual demonstra as variadas recepções do tempo histórico entre as gerações que sucederam aos mestres-fundadores, destacando figuras expressivas como Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Georges Duby, entre outros.

Para Reis, Fernand Braudel é o principal marco, o paradigma, porque inova pela percepção das profundas mas constantes conexões entre o tempo e o espaço, pela contigüidade da história com a geografia, abordadas em sua máxima amplitude: a quase infinita extensão de um mundo mediterrâneo que na Época Moderna reúne duas civilizações que interagem e se recusam mutuamente. Segundo o autor, *La Méditerranée...* consolidou-se como o paradigma dos *Annales* porque Fernand Braudel, com um olhar histórico já bafejado pela influência de Febvre e Bloch foi capaz de enxergar a maior distância, descendo às profundidades do tempo longo para encontrar a quase imobilidade da história, os movimentos seculares imperceptíveis, os *trends* que são as verdadeiras linhas de força da história com as quais não há como lutar contra seu caráter avassalador. Com efeito, a longa duração seleciona os elementos dinâmicos das sociedades, recusando implacavelmente o que tornará a ser apenas uma tendência posta de lado, uma possibilidade não realizada.

É preciso dizer que a presente leitura se deteve na análise do “núcleo vital” do livro de José Carlos Reis, da forma como expressa seu próprio subtítulo, sem a pretensão de esgotar a potência de informação da obra; isto para dizer que *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel* conta ainda com uma ampla introdução que explora a idéia do tempo histórico na filosofia e nas ciências sociais, na qual o autor antecipa e ilumina as matérias dos demais capítulos, demonstrando o quanto seu objeto lhe é claro, temática e metodologicamente. Em se tratando de problema teórico tão relevante quanto de difícil abordagem, não se pode deixar de reconhecer a oportunidade de um livro dessa natureza, responsável pelo preenchimento de um considerável vazio bibliográfico.

Marcos Antônio Lopes
Doutorando em História - FFLCH/USP